

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
Desenvolvimento
Regional
mestrado e doutorado



GEOPROCESSAMENTO NO TERRITÓRIO URBANO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE FRANCISCO BELTRÃO-PR E PATO BRANCO-PR

Vanessa Franciele de Gois

Giovana Faneco Pereira

Ney Lizandro Tabalipa

Nilvania Aparecida de Mello

Resumo

O crescimento acelerado nas cidades e sua ocupação em áreas inadequadas do território urbano comprometem cada vez mais a paisagem, causando riscos e preocupações a sociedade. Assim, o impulso do crescimento é visto em diversos espaços, sejam: nos loteamentos, nos conjuntos habitacionais, nas praças, nos parques e nos equipamentos urbanos. As áreas públicas abertas de lazer são importantes à sociedade, pois oferecem melhoria na qualidade de vida, configurando o espaço e a paisagem, entretanto, muitos desses locais não estão distribuídos espacialmente de forma adequada e um dos motivos dessa inadequação está no esquecimento dos gestores públicos em fazer um planejamento através dos usos e classificações de solos, voltados para amenizar o impacto ambiental e o crescimento urbano. Os parques possuem uma importância marcante na vida da população, pois contribuem no equilíbrio e na sustentabilidade das cidades, bem como na qualidade de vida dos moradores. O artigo em questão propõe mapear as praças existentes na cidade de Francisco Beltrão e Pato Branco, ambas no sudoeste do Paraná, buscando identificar e compreender como estão inseridas, planejadas, quais as infraestruturas existentes e quais as possíveis soluções em consideração ao planejamento do território urbano.

Palavras-Chave: Evolução Urbana. Praças Públicas. Paisagem. Desenvolvimento Regional

1. Introdução

O crescimento populacional atua diretamente no processo intenso de urbanização das cidades em todo Brasil, impulsionados pela industrialização a malha urbana está cada vez mais aglomerada de loteamentos, ocasionando um desequilíbrio nas áreas urbanas públicas e verdes

Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



destinadas ao lazer. Dessa forma, esse desequilíbrio está ligado, à falta dos espaços urbanos públicos adequados nos conjuntos habitacionais, que proporcionem qualidade de vida, integração e socialização dos habitantes residentes nesses espaços.

A preocupação vem em integrar o crescimento econômico e sua constante produção, ao espaço público urbano através de planejamento adequado do território. Corroborando com o tema:

O planejamento urbano deve resultar, portanto, na conservação dos recursos naturais, entendida como o uso apropriado do meio ambiente dentro dos limites capazes de manter sua qualidade e seu equilíbrio, em níveis aceitáveis. (MOTTA, 1999, p.23)

Toda população têm direito a locais de lazer como: praças, parques, quadras de esportes, áreas de descanso, recreação, entre outros, sendo essas áreas importantes para a qualidade de vida, o que colabora com o desenvolvimento regional, já que se torna um atrativo de moradia e instalação serviços. Considerando esse direito como garantia de bem estar à população, o poder público municipal tem o dever de ordenar através dos códigos e leis municipais o desenvolvimento das funções sociais do município.

As cidades desenvolvem seus loteamentos em grande escala de crescimento, porém, os locais destinados aos espaços urbanos públicos são vazios, o que os tornam inúteis ou sem função. O crescimento decorrente da falta de planejamento, da definição de atividades, local, declividade e solo, ocasionam problemas sociais, econômicos e ambientais, já que não possuem uma infraestrutura.

Santos (2006) relata que é por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. Nesse sentido, a técnica é considerada um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria um espaço. Entretanto, essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada.

O planejamento dos espaços urbanos ofertados à população deve estar ligado a harmonia dos serviços oferecidos e a adequação ao território natural. O mapeamento de locais das praças existentes, considerando inclusive a declividade, têm como objetivo contribuir na identificação dos espaços urbanos existentes que possam ser usados para recreação e lazer, bem como na infraestrutura necessária para atender a demanda de bem estar e segurança. Nesse contexto, o presente artigo mapeará as praças existentes nos municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco,

estado do Paraná, compreendendo o contexto onde estão inseridas e que possa posteriormente servir de informação para o planejamento de novos espaços em loteamentos previstos em projetos de desenvolvimento dos municípios.

2. Contextualizando a formação das cidades

As cidades brasileiras foram caminhos abertos aos povoados que surgiam à medida que os bandeirantes iam conquistando terras pelo Brasil, sendo o aparecimento das primeiras cidades estando relacionados a revolução agrícola. Assim, a partir do momento que o ser humano deixou de ser nômade e surgiu a divisão do trabalho, o espaço se organizou no sentido de integração e independência.

Segundo CARLOS (2003), o processo histórico de formação das cidades inicia-se com o quarto período glaciário (12.000 e 10.000 A.C), pela modificação climática o homem teve que buscar outras formas de alimentos além da caça. É a partir desse momento que o homem se torna sedentário, pois passa a produzir alimentos através da agricultura e ao se fixar na terra ocorrem os primeiros agrupamentos humanos e posterior o surgimento das primeiras cidades.

O sudoeste do Paraná teve seu crescimento populacional associado as transformações da paisagem ao longo de sessenta anos. Até o século XX decorrente das dificuldades de acesso pela exuberante mata atlântica combinada com a mata de araucária, a região não havia despertado interesse, sendo os índios os primeiros a realizarem ocupações e suas atividades, sendo essas de pouco impacto ambiental.

A colonização pelos imigrantes teve seu início no ano de 1950 e nos anos seguintes, de 1951 a 1970, foram caracterizados pelos primeiros investimentos públicos e privados, dando início a construção do território do sudoeste do Paraná. Dessa forma, a paisagem sofreu mudanças decorrentes dos pequenos desmatamentos realizados para a abertura de trilhas e estradas, ainda decorrente do desenvolvimento, inicia-se os primeiros núcleos urbanos vindos da construção das moradias.

Para as cidades de Francisco Beltrão/PR e Pato Branco/PR, entre os anos de 1970 e 1980, houve uma intensificação da migração campo *versus* cidade com a chamada Revolução Verde brasileira, o que conseqüentemente causou o crescimento da população urbana. A Revolução Verde encontrava-se pautada pelo incentivo de crédito, pelo uso de máquinas e

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



implementos para o manejo do solo, essa mudança na forma de produção causou muitas mudanças na paisagem e as leis de organização do traçado começaram a ser exigidas.

Para o município de Francisco Beltrão, as preocupações com as áreas de risco surgiram após a primeira enchente datada no ano de 1983, a administração tomou como medida a relocação das famílias atingidas aos conjuntos habitacionais construídos precariamente na periferia, porém, isso era uma forma de esconder a pobreza e controlar o território. Para o município de Pato Branco temos o crescimento através do processo de incentivos dados pelos empresários e administração, contribuindo ao crescimento horizontal e vertical da área urbana.

Nesse contexto, ambas as cidades se configuram com novos loteamentos, tendo como parceria a prefeitura, ainda pode ser visto a intensificação na construção civil, a inclusão de áreas urbanas destinadas ao lazer, verbas públicas para a saúde, educação e planejamento urbano. Porém, muitos dos loteamentos foram implantados sem infraestrutura e distantes da região central, o qual compromete a paisagem urbana, através das ruas confusas, estreitas e sem saída, bem como a falta de áreas de lazer, degradações do solo e limitações de encostas.

Segundo Motta (1999), as consequências desse processo inadequado de crescimento são comuns em todas as cidades grandes, tais como: falta de condições sanitárias mínimas em muitas áreas, ausência de serviços indispensáveis a vida das pessoas nas cidades, destruição de recursos de valor ecológico, poluição do meio ambiente e condições precárias de habitação.

Segundo a Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988) o planejamento deve-se realizar com base na concepção do desenvolvimento sustentável, que se define em atender as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade as gerações futuras. E é nesse sentido que compreendemos que as áreas urbanas devem ser planejadas, pois elas devem estar em equilíbrio com os fatores sociais, ambientais e econômicos, também serem estruturadas para que proporcionem áreas de lazer e bem estar as comunidades do entorno.

3. As praças e os parques: espaços urbanos de qualidade de vida

As transformações na paisagem urbana de uma cidade ocorrem de forma muito acelerada, a falta de planejamento compromete a sua identidade e a qualidade de vida. O arquiteto e o urbanista podem contribuir diretamente, através de seu conhecimento, com as mudanças no crescimento urbano, direcionando o uso adequado do território e a garantia da mobilidade das pessoas e dos atrativos de lazer e descanso. Devemos considerar que, as ruas, as praças e os

*Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS,
Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*

parques são contribuintes da vitalidade de uma cidade, principalmente na questão ambiental e os processos fisiológicos/químicos que as áreas verdes trazem para os centros urbanos, tais como: redução de temperatura, sombras, paisagismo, redução na poluição, entre outros.

Os locais devem ser analisados para que toda população possa desfrutar dos espaços públicos com diferentes possibilidades de acesso, mas se avaliarmos muitos não atingem o planejado e se tornam vazios e são frequentemente mal distribuídos nas cidades, concentrados em regiões centrais devido ao apelo mercadológico, contribuindo apenas para a região que estão inseridos. Nesse sentido, quando bem planejados, podem ser elementos de beleza, contendo elementos paisagísticos e ambientais, podendo ser considerados locais de arborização, lazer e descanso.

Para Jacobs (2001), as paisagens monótonas prejudicam o convívio entre pessoas e enfraquecem a economia das cidades, devido a falta de diversidade estética e de usos nos ambientes criados. Segundo Carlos (2005), a natureza transformada pela ação humana, ao longo de uma série de gerações, surge enquanto modos de apropriação visíveis na paisagem, reproduzindo a história e a concepção do homem sobre o morar, trabalhar e viver. A paisagem, por sua vez, contém mistérios, beleza, sinais, símbolos, alegorias, tudo carregado de significados e memórias, que revelam imagens impregnadas de história.

3.1. Vazios Urbanos e espaços públicos urbanos

Os vazios urbanos, terrenos baldios ou áreas sem uso declivosas são espaços que podem causar problemas sociais e ambientais, tais como: acúmulo de lixo, proliferação de animais nocivos a saúde humana, espaço para usuário de drogas e outros, o que se faz necessário dinamizar e ocupar essas áreas. Para atender essa demanda é importante ter uma visão urbanística renovada, o que vem representar em um planejamento sustentável.

Roberto Burle MARX (2004, p.127) diria:

Um território é formado de um número infinito de paisagens, parcialmente justapostas. Destacar desse conjunto certas áreas, certas "paisagens", as quais conferimos determinado significado estético, cultural, científico ou social, e tratar essas áreas como unidades autônomas poderá constituir uma medida funcional correta com vistas a determinadas finalidades. A paisagem, entretanto, permanecerá sempre indivisa, contínua, onde os limites teóricos perdem sua validade.

Na década de 70 (século XX) os espaços chamados de vazios urbanos eram apenas áreas verdes e de expansão do crescimento dos municípios, com o crescimento acelerado e desordenado das cidades essas áreas foram sendo ocupadas, dando lugar a lotes vagos esperando a valorização ou construções de grande escala. Os crescimentos de vazios urbanos podem ser avaliados por estratégias de especulação imobiliária ou pela ocupação irregular em áreas remanescentes do próprio município.

Os vazios urbanos podem possibilitar a implantação de melhorias nas cidades, trazendo para os locais, espaços de convivência como praças, parques, equipamentos urbanos e outros. Sendo assim, segundo Mondardo (2006), o processo de urbanização vem desencadeando mudanças significativas na paisagem urbana do município de Pato Branco, demonstrando novos processos, novas formas, novos significados, tanto na produção do espaço urbano das cidades, quanto para as espacialidades rurais da região.

Para que se possa compreender a construção e desenvolvimento do espaço urbano, é necessária uma análise de diversos aspectos e agentes envolvidos, tais como: a valorização do solo, legislação, processo histórico e algumas características da cidade, entre outros aspectos. Saraiva (2012, p.50) menciona: “o crescimento rápido das cidades, a falta de planejamento na gestão territorial e tantos outros fatores econômicos, políticos, e sociais, são possíveis causas entre outras mais complexas para que esta situação se tenha tornado tão frequente”.

É isso que observa Borde (2004), quando menciona a existência de inúmeras situações de vazios na forma urbana contemporânea das grandes cidades, espaços residuais, abandonados, ocupados por estruturas obsoletas, terrenos subutilizados, ociosos, entre outros, são os que de fato configuram os vazios urbanos. Por outro lado, a autora ainda menciona os espaços vazios que não se configurariam como vazios urbanos, tais como as áreas verdes, as praças e até mesmo os espaços residuais entre os edifícios, que se configuram como espaços de sociabilidade e que não se devem ser entendidos como vazios urbanos e que não servem um propósito.

Observando os espaços vazios em relação aos aspectos ambientais, sociais e culturais, nem todos locais vazios na malha urbana necessitam de ocupação o que pode ser uma forma de impedir a dispersão da cidade nas áreas periféricas, mas pode agravar as condições ambientais se a periferia continuar a crescer sem um planejamento. Assim, muitas áreas decorrentes da sua declividade passam a ser locais de abandono e acúmulo de lixos, que pelo bom planejamento podem se tornar grandes áreas de lazer e recreação.



Saraiva (2012, p. 53) destaca que há uma relação entre os espaços construídos e os espaços vazios, tanto nas áreas mais consolidadas quanto nas periferias, e se por um lado existem autores que defendem ocupar todos os espaços livres, outros consideram importante a permanência de cheios e vazios, como um espaço único. O autor salienta que, por serem muito diferentes entre si, cada um desses espaços vazios deve ter suas potencialidades valorizadas, “reestruturando-os nas diferentes escalas e procurando encontrar soluções para cada situação e realidade em cada lugar, interligando as questões histórico-sociais e ambientais, numa matriz ecológica e sustentável.”

Assim sendo, destacam-se algumas partes específicas do Plano Diretor do Município de Francisco Beltrão Lei n.º 3.843 de 30 de junho de 2011, sobre a política do meio ambiente no que se refere aos espaços públicos em bairros, assim:

Art. 13 - Os Loteamentos deverão atender, pelo menos, aos seguintes requisitos:

I. As áreas destinadas ao sistema de circulação, a implantação de equipamentos urbanos e comunitários, bem como os espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista para a gleba, ressalvado o disposto no Parágrafo 1º deste Artigo;

§ 1º A porcentagem de áreas públicas previstas no Inciso I deste Artigo não poderá ser inferior a 40% (quarenta por cento) da gleba, salvo nos loteamentos destinados ao uso industrial cujos lotes forem maiores do que 15.000,00 m² (quinze mil metros quadrados), caso em que a porcentagem poderá ser reduzida a critério do órgão de Planejamento da Administração Municipal.

§ 2º A autoridade Municipal competente poderá complementarmente exigir, em cada loteamento, na reserva de faixa “non aedificandi” equipamentos urbanos. (PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO, 2011).

4. Aspectos Metodológicos

Para a realização do presente estudo optamos pela metodologia qualitativa, sendo utilizadas imagens de satélite atualizadas que contemplam o mapeamento de ambos os municípios, o que permitiu comparar as questões relacionadas aos parques e praças existentes. Ainda, foi utilizado as informações disponíveis publicamente e em livros que ampliam o conhecimento evolutivo das cidades e suas áreas públicas, bem como seu desenvolvimento econômico, social e ambiental.

As áreas escolhidas para o desenvolvimento da pesquisa são os municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco, sudoeste paranaense, onde predomina o relevo fortemente ondulado e a

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



ocupação inadequada do solo, o que apresenta muitos prejuízos a população e ao meio ambiente. O mapeamento e análise espacial das praças dos municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco permitiram constatar a existência de poucas áreas adequadas e em atividade, onde a grande maioria não apresenta vegetação arbórea e considerações sobre sua declividade.

Na figura 01 pode ser visualizado o município de Francisco Beltrão e a sua posição no sudoeste paranaense, estando situado a 41.67 km da cidade de Pato Branco, encontra-se na altitude: 650 m, longitude 53° 03' W – GR e latitude 26° 04' Sul. Já o município de Pato Branco, encontra-se na altitude 760 metros, latitude 26° 13' 46" – Sul, longitude 52° 40' 14"-W-GR.

Francisco Beltrão e Pato Branco, objetos desta análise, pertencem a mesorregião Sudoeste do Paraná, o qual é formado por 42 municípios. A região sudoeste do Paraná faz fronteira a oeste com a Argentina, através da foz do Rio Iguaçu, e ao sul com o Estado de Santa Catarina, possui como principal limite geográfico, ao norte, o rio Iguaçu. A região possui um clima agradável, terras férteis, rica vegetação, boa hidrografia, que levou milhares de gaúchos, catarinenses e paranaenses a ali se fixarem nos anos de 1940.

A cidade de Francisco Beltrão está localizada ao centro do Sudoeste do Paraná, distante 492 km da capital do estado Curitiba, é considerada o maior município e também maior cidade da mesorregião do sudoeste do Paraná. A economia encontra-se concentrada em diversos serviços bancários, educacionais e médicos, além de um amplo número de estabelecimentos comerciais, já a indústria se destaca pela produção agroindústria, têxtil e moveleira.

A cidade de Pato Branco está localizada a 440 km da capital do estado, se destaca como um centro de serviços, com ênfase nos setores da saúde e educação, considerando que a agricultura é representativa na economia no município, mas a existência de uma instituição federal de ensino superior, a UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, evidencia o caráter de centro provedor de serviços tecnológico regional.

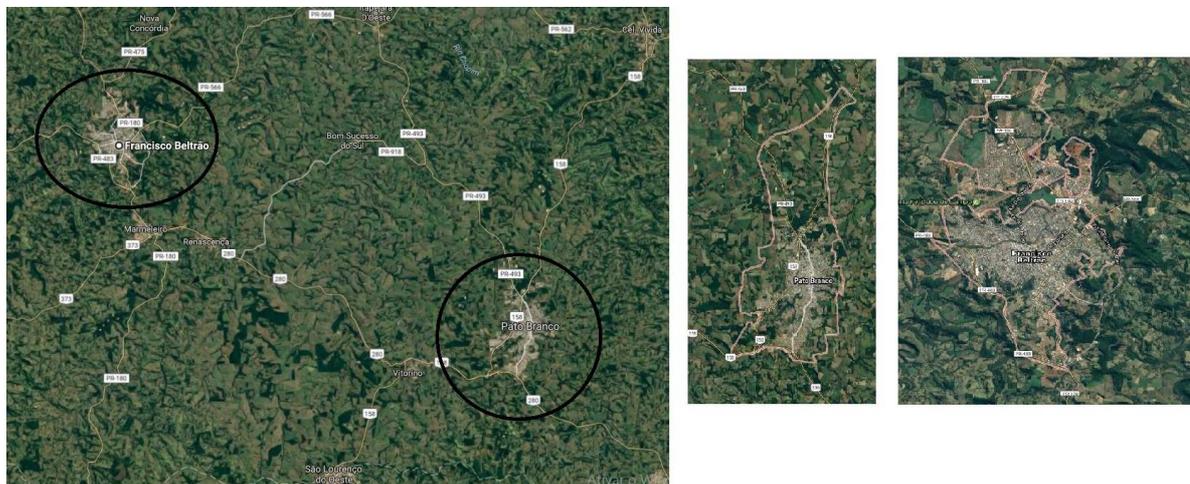


Figura 01. Análise visual entre as duas cidades consultadas.
Fonte: Google Earth, com alteração da autora, 2016.

A área territorial contribuiu relativamente na economia do Estado até a década de 1940, enquanto os Campos Gerais, a região litorânea e o Planalto de Curitiba já integravam uma economia que se assemelhava a estrutura brasileira de exploração do território que partia do litoral para o interior.

Segundo informações do IPARDES (2016), os municípios apresentam a seguinte conformação em relação a população: o município de Francisco Beltrão possui uma área territorial de 731, 731 km², com uma população urbana de 87.491 mil habitantes, sendo aproximadamente 67% residentes na área urbana e vinte e oito bairros. Em relação ao município de Pato Branco, a área total territorial é de 539.029 km², população de 79.869 mil habitantes, a população urbana de aproximadamente 68% e encontra-se dividido em quarenta e sete bairros.

Nesse sentido, podemos aferir que a região de estudo enquadra-se como uma região relativamente nova, levando em consideração que sua ocupação foi a partir do ano de 1940. Atualmente a mesorregião encontra-se composta por trinta e sete municípios, sendo dividido em três sub-regiões: Capanema, Pato Branco e Francisco Beltrão. Tendo em vista a importância de Pato Branco e Francisco Beltrão para a região, é que justificamos a escolha de ambos os municípios para realizarmos o presente estudo.

5. Analisando as regiões: espaços públicos versus meio ambiente



Os espaços públicos nos centros urbanos devem também serem destinados ao lazer e recreação, pois além de oferecerem serviços verdes ou ambientais, também oferecem qualidade de vida para as pessoas que residem nesses espaços. Assim podemos incluir as ideias: de jardins, de parques, de equipamentos urbanos para práticas de atividades físicas, campos de futebol e práticas de esportes com área verde, o que vem desempenhar na atualidade como um dos principais agentes as novas relações sociais.

Para Dumazedier (1976), lazer deve ser entendido como um conjunto de ocupações no qual os indivíduos podem fazer leituras, repousar, entreter-se, divertir-se, ou seja, ocupar seu tempo livre desenvolvendo atividades que não estejam vinculados com questões profissionais, familiares ou obrigações sociais.

Ainda para a Requiça (1980), o lazer pode ser conceituado como aquela ocupação que não é obrigatória, assim seria um momento de ocupação de livre escolha do indivíduo, para que escolhesse fazer o que mais lhe agrada.

Santos (1997, p.51), destaca que “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

As praças nos dias de hoje não são mais consideradas espaços livres, são vistas como espaços abandonados pelas maiorias das pessoas, mesmo sendo para uma parcela da população a alternativa de lazer. Para Santos (1997, p. 51), “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”.

Desse ponto de vista as praças analisadas são definidas como pontos marcantes no traçado urbano das cidades e representam a identidade da comunidade e do bairro inserida, pois muitas são referências no entorno. As praças principais acompanharam o desenvolvimento urbano nas cidades em análise, presenciando as modificações e absorvendo novos usos e configurações, conforme pode ser visualizado na figura 02.

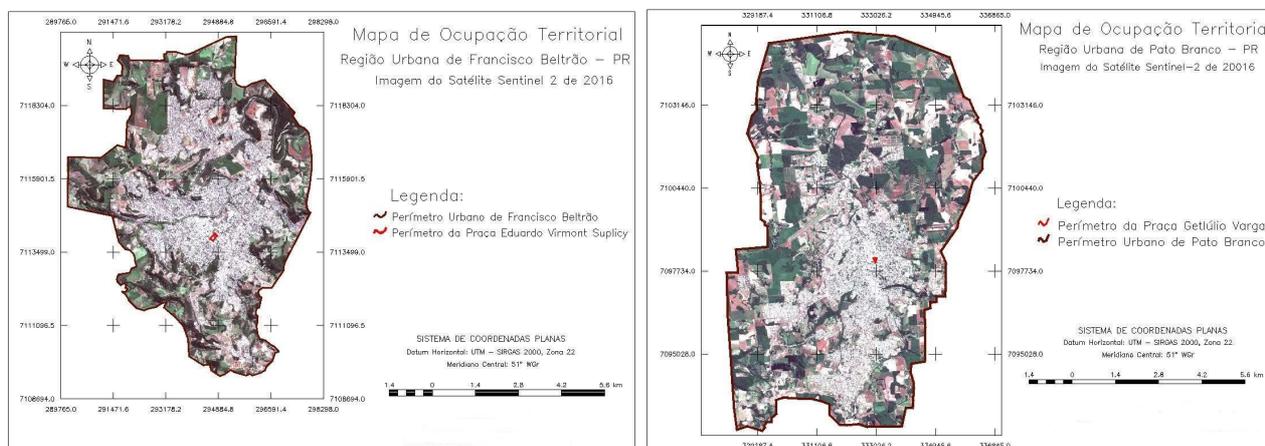


Figura 02. Mapa Praças centrais da cidade de Francisco Beltrão e Pato Branco/PR.

Fonte: Denilce da Silva Oliveira – dezembro 2016

Ambas praças Eduardo Virmond Suplicy e praça Getúlio Vargas, possuem aspectos culturais e históricos importantes: identidade, vegetação, diversidade de uso e centralidade, se tornaram cartão-postal das cidades trazendo memórias ao contexto social, religioso, artístico, político e econômico dos municípios. Porém, trazem o abandono decorrente a poucas áreas de lazer e planejamento se tornando basicamente uma mercadoria, referenciada por monumentos e espaços para eventos públicos.

No entendimento de Santos “o espaço uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem.” (1997, p. 83)

Consultando a figura 03, podemos verificar o mapeamento das principais praças da cidade de Francisco Beltrão e de Pato Branco, sendo possível identificar que as configurações topográficas e classificações de solo da região foram negligenciadas e até mesmo neutralizadas pela ação antrópica para a implantação das praças, pois esses dados não são apresentados e se tornam esquecidos já que não existe um planejamento para a definição de espaço.

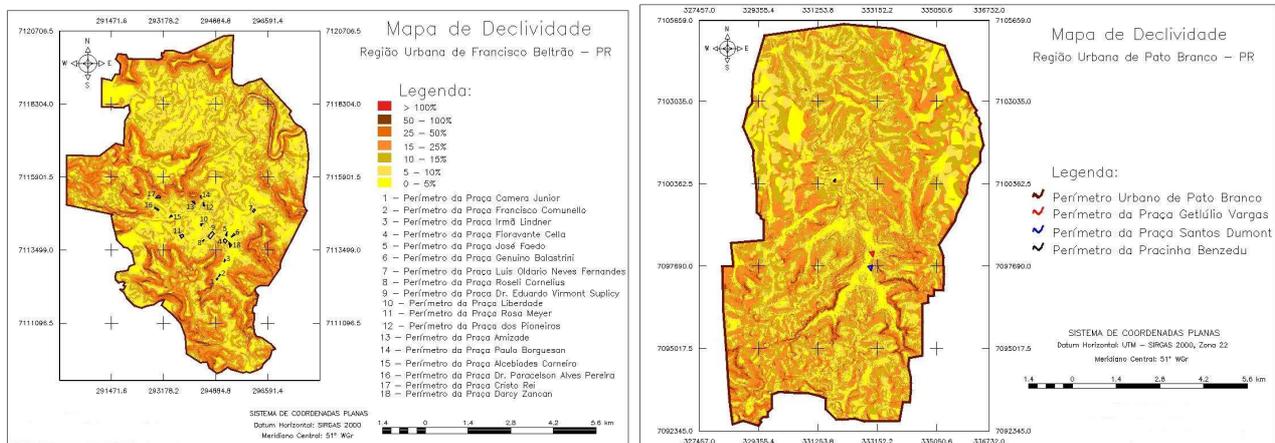


Figura 03 – Mapa de Declividade da cidade de Francisco Beltrão e Pato Branco PR.

Fonte: Denilce da Silva Oliveira – dezembro 2016

É possível despertar o interesse em adequar espaços vazios em espaços públicos nos diversos parâmetros existentes, como a identificação de áreas e solos apropriados, criatividade em definir projetos em diversos programas e atender exclusividade a declividade e hidrografia das áreas. Ainda, poucas áreas verdes assumem o papel no espaço urbano tanto na qualidade ambiental como na qualidade de vida da população, pois são reduzidos espaços destinados para passeios, práticas de esportes, descanso e entre outros. As áreas que poderiam ter essa finalidade estão abandonadas, podemos concluir que muitas praças foram implementadas na malha urbana pela adequação de ruas, lotes e calçadas.

Nesse sentido, podemos verificar também pelas imagens que as praças mais antigas da cidade são as centrais e distantes da população da periferia, o que não atende ao lazer e a qualidade de vida dos moradores, já que esses não possuem acesso as mesmas e nem possuem em sua região alguma praça ou parque. Assim, através do mapeamento as áreas podem ser avaliadas seguindo a lei de parcelamento do solo e declividade a fim de estruturar novas propostas para os espaços urbanos, melhorando a qualidade de vida dessas cidades.

Nesse contexto, para os municípios de Francisco Beltrão e Pato Branco, a análise realizada mostrou que há possibilidades através da avaliação de declividade desenvolver propostas mais relevantes a implantação de espaços públicos urbanos atendendo a necessidade de toda população, ampliando a expansão em bairros distantes utilizando locais de vazios urbanos não edificados e criatividade em áreas excluídas pela declividade.

6. Algumas considerações

O estudo demonstrou uma abordagem que permitiu identificar elementos físicos e conceituais que possibilitaram a identificação da importância do planejamento, da definição da viabilidade, da avaliação territorial e o significado que uma praça pode atingir na paisagem urbana. O ponto de partida foi a compreensão do crescimento da região o qual define um acelerado desenvolvimento sem planejamento e infraestrutura no que se diz respeito aos espaços públicos.

Sendo assim, podemos aferir que os espaços planejados estão em constantes transformações, algumas vezes o desejo do poder público em relação aos projetos de praças e parques não cabem ao planejamento do especialista/técnico, pois o profissional considera vários elementos ao realizar o projeto, principalmente em relação ao bem-estar da população e os impactos ao meio ambiente.

Nesse sentido, com o decorrer dos anos temos diversos fatores a serem considerados, como por exemplo: as necessidades do local, as ações do tempo, as ações culturais, as imprudências de planejamentos, geram impactos de novos agravantes, comprometendo a paisagem urbana e a funcionalidade para a qualidade de uso do local. O solo exposto muitas vezes é substituído por edificações, praças pavimentadas, calçadas e pavimentos diversos deixando o cenário cada vez mais comprometido que acarreta danos não apenas a área submetida, mas a cidade de forma geral.

Em razão disso, para permitir a implantação de um empreendimento urbano e suas consequentes mudanças no padrão de uso do solo, é preciso considerar os impactos que decorrem dessa ação. Todavia, apesar da importância, esses aspectos são muitas vezes desconsiderados, por motivos diversos, e apenas quando os problemas surgem é que se dá, tardiamente, importância ao fato e início à discussão.

Diante desse contexto, percebemos a necessidade de ampliar os estudos e pesquisas envolvendo essa temática, tendo por objetivo, dentre outros, o desenvolvimento de ferramentas que possam de uma maneira mais simples e direta auxiliar a análise que antecede a aprovação de novos espaços públicos, no que tange à transformação de vazios urbanos e frações de loteamentos em espaços utilizáveis.



Dessa forma, acreditamos que determinados locais podem ser mapeados para o desenvolvimento de espaços urbanos públicos aproveitando totalmente ou não sua ocupação de formas diferenciadas, priorizando questões culturais e ambientais. Compreendemos que a cidade precisa crescer e desenvolver, mas existem limites para esse crescimento, o que é evidente a necessidade de avaliar cada espaço de forma particular levando em consideração as características e os limites da cidade e de seu espaço físico, pesando os benefícios e prejuízos decorrentes.

Assim, fica claro que as características do município o colocam em uma situação que exige bastante atenção no momento de planejar, com o intuito de evitar maiores danos aos seus habitantes e ao ambiente natural, que se refere ao uso territorial e a qualidade de vida.

Cullen (2006, p.15) contribui ao relatar:

“[...] a rapidez com que hoje se operam as mudanças veio perturbar o equilíbrio normal entre quem projecta e aquilo que é projectado. As razões são conhecidas: há cada vez mais pessoas, mais casas e mais equipamentos: comunicações cada vez mais rápidas, métodos construtivos ainda mal dominados. O ritmo a que se processam hoje as mudanças impede os urbanistas de assentar e aprender empiricamente a humanizar a matéria em bruto que se lhe depara. O ambiente é mal digerido”.

Dessa forma, é necessário construir estratégias criativas de atração e desenvolvimento para que cada vez mais pessoas se sintam confortáveis e a vontade para usar os espaços urbanos públicos. É claro que nem sempre a harmonia entre os diferentes frequentadores é possível, mas pouco a pouco esse processo pode gerar mais confiança dos usuários para desempenharem atividades nesses locais, o que vem a vitalizar esses espaços.

Ao pensarmos no desenvolvimento e planejamento de espaços públicos, estamos também proporcionando qualidade de vida aos moradores, o que pode ser um atrativo para novos empreendimentos e conseqüentemente geração de renda para os municípios. Pois, ao proporcionar bem-estar estamos vitalizando de forma completa os elementos como a economia, o social e o ambiental das cidades e não somente o aspecto paisagístico e visual.

Referências Bibliográficas

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



_____. (2011) Lei n.º 3.843 de 30 de junho de 2011: *Estabelece* parcelamento do solo urbano do município de Francisco Beltrão Paraná.

BORDE, A.L.P. **Vazios urbanos: avaliação histórica e perspectivas contemporâneas.** Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 8, n. 5, 2004. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1061>> Acesso em: 10 de nov.2016.

BRASIL. **Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social.** Disponível em:<<http://www.ipardes.gov.br/>>. Acesso em: 20 de set. 2016.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Cidades. Disponível em:< <http://www.ibge.gov.br/home> >. Acesso em: 05 de set. 2016.

CARLOS, A.F.A. **A cidade**, São Paulo: Editora Contexto, 1ª edição 1991, 2ª edição 1995. (Coleção Repensando a Geografia), 98 p

CARLOS. A, F. A cidade. **O Homem e a Cidade. A cidade e o Cidadão – De quem é o solo urbano.** São Paulo. Contexto, 2003.

CLICHEVSKY, N. Vazios urbanos nas cidades latino-americanas. **Cadernos de Urbanismo**, Rio de Janeiro, n. 2, 2000.

CULLEN, G. **Paisagem Urbana**, São Paulo: Contexto,2006.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular.** São Paulo: Perspectiva, 1976.

GHETTI, I.B.L, SCHWAMBACH K.F; YONAMINE S, S; OLIVEIRA, T.C.M de; **Vazios Urbanos – Uma questão que ultrapassa fronteiras.** Fórum Ciências Sociais Aplicadas, 2005. Disponível em : <http://www.sbpcnet.org.br/livro/57ra/programas/senior/RESUMOS/resumo_1534.html>. Acesso em: 15 de nov.2016.

MONDARDO, M. L. **Uma Caracterização Geral do Processo de Urbanização do Sudoeste do Paraná - Brasil.** Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de maio de 2007, vol. XI, núm. 239 <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-239.htm>>. [ISSN: 1138-9788]

MOTTA, S. **Urbanização e meio ambiente.** Rio de Janeiro: ABES, 352p. 1999.

REQUIXA, R. As dimensões do lazer. **Revista Brasileira de Educação Física e Desporto**, n. 45, p. 54-76, 1980.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paul: Hucitec, 1998

SARAIVA, F.D.P.C.V. **Acessibilidade e mobilidade: o espaço público como renovação**

Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017

VIII Seminário Internacional sobre

Desenvolvimento regional

Territórios, redes e
Desenvolvimento Regional:
Perspectivas e Desafios



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



urbana. Dissertação de mestrado. Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional das Beiras, Departamento de Arquitectura, Ciências e Tecnologia. Portugal, 2012. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10400.14/10589> > .Acesso em: 10 de out. 2016.

TABACOW, J: Roberto Burle Marx. **Arte & Paisagem: conferências escolhidas.** Studio Nobel, 2004. 2 edições. São Paulo.